



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Gabinete de Relações Internacionais e Protocolo

III FORUM PARLAMENTAR LUSO - ESPANHOL

RELATÓRIO

MADRID, 6 E 7 DE MAIO DE 2013

ENQUADRAMENTO

O III Fórum Parlamentar Luso-Espanhol decorreu, em Madrid, nos dias 6 e 7 de maio, conforme **Programa** anexo (*Anexo 1*), antecedendo a Cimeira dos dois Governos, a ter lugar em 13 de maio seguinte, no quadro do reforço das relações bilaterais com vista a permitir a articulação de posições em domínios multilaterais.

Participaram neste Encontro delegações da Assembleia da República de Portugal e do Congresso dos Deputados de Espanha, representados por:

Portugal

Deputado Guilherme Silva (PSD), Vice-Presidente da Assembleia da República e Presidente da Delegação

Deputado Paulo Simões Ribeiro (PSD), Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

Deputado Luís Pita Ameixa (PS), Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

Deputado Mário Magalhães (PSD), Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Deputado Eduardo Ferro Rodrigues (PS), Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, Vice-Presidente da Assembleia da República

Deputada Cláudia Monteiro de Aguiar (PSD), Comissão de Assuntos Europeus

Deputada Maria Helena André (PS), Comissão de Assuntos Europeus

Deputado Fernando Serrasqueiro (PS), Vice-Presidente da Comissão de Economia e Obras Públicas

Deputado Nuno Matias (PSD), Comissão de Economia e Obras Públicas

Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD), Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local

Deputado Renato Sampaio (PS), Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local



Gabinete de Relações Internacionais e Protocolo

Espanha

Deputada Célia Villalobos Talero, Primeira Vice-Presidente do Congresso

Deputado Celso Delgado, Presidente da Comissão de Fomento (GPP)

Deputada Paloma Rodríguez Vázquez, Porta-voz Adjunta da Comissão de Fomento (GPS)

Deputada Ana Belén Vázquez Blanco, Primeira Vice-presidente da Comissão dos Assuntos Internos (GPP)

Deputado Antonio Trevín Lombán, Porta-voz da Comissão dos Assuntos Internos (GPS)

Deputado José Cruz Pérez Lapazarán, Porta-voz da Comissão de Agricultura (GPP)

Deputado Alejandro Núñez Alonso, Porta-voz da Comissão de Agricultura (GPS)

Deputado Antonio Erias Rey, Porta-voz da Comissão de Indústria, Turismo e Comércio (GPP)

Deputado José Segura Clavell, Porta-voz da Comissão de Indústria, Turismo e Comércio (GPS)

Deputada Carlota Ripollés, Senadora, Porta-voz Adjunta, Comissão Mista para a União Europeia (GPP)

Deputado José Ignacio Sánchez Amor, Vogal, Comissão Mista para a União Europeia (GPS).

Em reunião prévia, os parlamentares portugueses, sob a presidência do Senhor Deputado Guilherme Silva (PSD), analisaram e consensualizaram as ideias-chave, constantes do projeto de documento anteriormente distribuído pelo Congresso dos Deputados e concluíram pela apresentação de duas propostas de alteração.

ABERTURA

No início dos trabalhos, teve lugar a **inauguração do III Fórum Parlamentar** que foi pontuada pelas intervenções dos Senhores Deputados Celso Luis Delgado Arce (GP), em representação da Primeira Vice-Presidente, Celia Villalobos Talero (GP) e Guilherme Silva (PSD).

O **Senhor Deputado Celso Luis Delgado Arce (GP)** interveio para dar as boas vindas à delegação portuguesa e destacou o momento como sendo a continuação dos encontros realizados em Zamora e no Porto, os quais se tinham revelado proveitosos no debate e nas conclusões, subjacentes à partilha comum dos dois países, em matéria de visão europeia e atlantista e o seu enquadramento no contexto comunitário e mundial.



Gabinete de Relações Internacionais e Protocolo

Relevou para a importância da continuação de esforços conjuntos, do incremento da colaboração e da adoção de políticas concertadas como forma de ambos os países ultrapassarem o atual estado de crise. Neste sentido, deu como exemplo de unificação das economias, as empresas portuguesas e espanholas que operacionalizando em ambos os lados, totalizam já 2000, com tendência para crescer.

Assim, de acordo com os assuntos constantes da agenda, esperava que no final, se revelasse um trabalho útil em prol dos cidadãos de ambos os países.

O **Senhor Deputado Guilherme Silva (PSD)** começou por agradecer o acolhimento de que era alvo a delegação parlamentar portuguesa e sublinhou o interesse e a utilidade do trabalho a desenvolver nessa sede, com vista a contribuir para a adoção de estratégias comuns para a Cimeira dos dois Governos, que se aproximava. Relevou ainda, para o papel da diplomacia parlamentar, como complemento e reforço da aproximação entre os dois países e a necessidade de encontrar plataformas comuns de defesa como forma de ultrapassar o atual momento de crise.

Nesse sentido, considerou que todos os temas agendados eram de grande atualidade, em particular destacando a importância do relacionado com a União Europeia e sugeriu que nas próximas edições do Fórum fosse incluída a avaliação das conclusões dos anteriores encontros, o que permitiria acompanhar os diversos *dossiers*, e assim, contribuir para que os Governos assegurassem a concretização das decisões.

APRESENTAÇÃO E DEBATE DOS TEMAS

Relativamente ao primeiro ponto da agenda – **telecomunicações, relações comerciais e mercado do gás** - usaram da palavra os Senhores Deputados Nuno Matias (PSD); José Segura Clavell (GPS) e Antonio Erias Rey (GPP).

O **Senhor Deputado Nuno Matias (PSD)** interveio para registar o facto de Espanha ser o principal parceiro comercial de Portugal, salientar a importância do relacionamento entre os dois países no combate à crise, fomentando o ajustamento nos domínios da criação de emprego e da necessidade de gerar valor nas empresas portuguesas e espanholas; eleger como palavras-chave, sinergia e ambição, estendendo estas aos mercados da América do Sul, com vista à criação de empresas e assim, promovendo o efeito multiplicador capaz de gerar riqueza. Para afirmação do mercado ibérico, no contexto de um mercado mais global, torna-se necessário efetivar mecanismos de



Gabinete de Relações Internacionais e Protocolo

cooperação e gerar sinergias para acelerar iniciativas colocadas ao serviço dos consumidores. Foi apontada como uma das formas de gerar sinergias entre os dois países, a eliminação da dupla tarifação do transporte do gás natural.

A finalizar, considerou que novas descobertas estavam a ser concebidas para honrar a história comum e criar oportunidades de crescimento conjunto.

Em seguida, o **Senhor Deputado José Segura Clavell (GPS)**, partilhando várias das questões apontadas pelo orador anterior, centrou a sua intervenção em matérias relacionadas com a necessidade de interligação do espaço da Península Ibérica com França para escoamento do gás ao centro da Europa. Espanha estava a trabalhar numa metodologia a adotar para as portagens, sendo que um dos objetivos seria a eliminação das tarifas entre os dois países. A energia deveria ser encarada como um instrumento para o crescimento económico e industrial e neste contexto, a Península Ibérica ser um *hub* neste setor. A descarbonização deveria constituir um setor-chave para os dois países. Outra área comum a ser tomada em consideração deveria ser a do céu único, uma vez que com o surgimento da crise houve desaceleração de novos elementos tecnológicos para controlar o espaço aéreo europeu. Os objetivos para impulsionar a configuração de uma vasta legislação comunitária, embora alguma dela já se encontre em vigor, constituem uma grande preocupação e um desafio, porque senão, em 2015, há possibilidade de o céu europeu colapsar.

O **Senhor Deputado Antonio Erias Rey (GPP)** pronunciou-se sobre a necessidade de a atividade industrial ganhar peso no trabalho a fazer para a sociedade do futuro, para recuperação da economia, considerando como *input* básico, a energia. Neste quadro, deveriam os dois países coordenar-se melhor e cooperar. Em Espanha, havia sobre capacidade do sistema, sendo que no setor do gás estavam a produzir em excesso. Em relação ao preço dos carburantes, destacou o facto de, em França, o mercado sediar-se em centros comerciais, na mão de 304 operadores e de, em Portugal, praticar-se o sistema de *low cost*. Neste sentido, afigurava-se-lhe que havia terreno para aprofundar a colaboração entre Portugal e Espanha.

Sobre o **acordo bilateral de pesca e os acordos alcançados na Cimeira do Porto, segundo ponto** da agenda, intervieram os Senhores Deputados Renato Sampaio (PS), José Cruz Pérez Lapazarán (GPP) e Alejandro Núñez Alonso (GPS).



Gabinete de Relações Internacionais e Protocolo

Deu início à apresentação do tema o **Senhor Deputado Renato Sampaio (PS)** que começou por se referir à política do mar, assunto de relevo constante da agenda dos dois países. Salientou a importância acrescida da zona económica exclusiva, no momento de crise que atravessa o mundo globalizado, sendo que, neste contexto, as pescas ganhando outra dimensão para a economia dos dois países, teria que coexistir uma abordagem relacionada com a sustentabilidade. O acordo bilateral terminando em dezembro do corrente ano, teria que ser prolongado e aprofundado. No quadro dos recursos hídricos, destacou que a sua boa gestão representava, também um fator de sustentabilidade económica e ambiental. Para isso, existia a Convenção das Partes, à qual deveria ser conferida mais importância e visibilidade. Em Portugal, a agricultura dependia em grande parte desses recursos.

Para o **Senhor Deputado José Cruz Pérez Lapazarán (GPP)** os acordos alcançados em matéria de alimentação e pescas encontravam-se a funcionar bem e em relação a este setor era de parecer que se deveria insistir com os Governos para que o acordo passasse para uma nova etapa. Quanto ao setor alimentar na União Europeia, em Espanha o Parlamento estava a decorrer o processo legislativo envolvendo a cadeia alimentar/grande distribuição/criação de gado/pescas. Tratava-se de uma Lei nova que em maio transitaria do Congresso dos deputados para o Senado. Também a legislação relativa à integração cooperativa iria ser aprovada antes do verão. Sobre o setor do vinho, sendo ambos os países produtores, havia que promover a defesa da sua cultura. No domínio da água, salientava a vigência dos acordos partilhados sobre os rios.

O **Senhor Deputado Alejandro Núñez Alonso (GPS)** pronunciou-se sobre o acordo das pescas, a indústria agro-alimentar e as questões ambientais. Salientou ainda, os interesses económicos comuns dos dois países, ao nível das pescas, e a necessidade de defesa conjunta na U.E. desta matéria, tendo em conta os numerosos postos de trabalho existentes no setor. Por isso, pugnava para que ambos os Governos continuassem a trabalhar em prol do sucesso do mencionado setor.

Entrando no terceiro ponto da agenda – **cooperação no combate ao terrorismo, ao tráfico de estupefacientes e imigração ilegal e proteção civil** – as intervenções ficaram a cargo dos Senhores Deputados Paulo Simões Ribeiro (PSD), Ana Belén Vázquez Blanco (GPP), Luís Pita Ameixa (PS) e Antonio Trevín Lombán (GPS).

Ao **Senhor Deputado Paulo Simões Ribeiro (PSD)** afigurava-se-lhe relevante evoluir nas relações Estado a Estado e das regiões autónomas dos dois países, nomeadamente



Gabinete de Relações Internacionais e Protocolo

em matéria de prevenção e capacidade de resposta às catástrofes naturais; dar mais impulso ao relacionamento entre as forças de segurança, como por exemplo a criação do centro de cooperação policial e aduaneira a abrir em Marvão e ainda, progredir na área da cooperação técnica mútua no domínio da proteção civil, designadamente em matéria de formação no que toca a Escola Nacional de Proteção Civil de Espanha e à Escola Nacional de Bombeiros de Portugal. Destacou ainda a importância do compromisso de impulsionar a criação da plataforma informática para fins de proteção civil - o SICLE (Sistema de Informação para a Colaboração Luso-Espanhola). Registou ainda o facto de a plataforma já ter sido criada, apesar de ainda não estar em funcionamento. Destacou a importância de se passar para a fase de testes da plataforma, sendo que esta cimeira deveria impulsionar o início dessa fase, pois a mesma permitirá dispor de um catálogo comum de equipamentos e meios que ambas as Partes poderão disponibilizar em caso de catástrofe.

A **Senhora Deputada Ana Belén Vázquez Blanco (GPP)** começou por enaltecer a cooperação que Portugal tinha desenvolvido na luta anti-terrorista, lembrando que, em 2007 tinha contribuído para a instalação de uma Força Delta que apesar disso não tinha sido possível concretizar. Contudo, considerava que tinha de ser incrementada a cooperação contra o crime organizado. Nesse sentido, já tinham sido realizadas reuniões entre os Ministérios da Administração Interna e Justiça portugueses e do Interior espanhol. Havia, em seu entender, que intensificar a luta contra a droga e, neste contexto, referiu-se ao Sistema Integrado de Vigilância e Controlo Costeiro de Portugal e ao Sistema Integrado de Vigilância Exterior de Espanha como casos de sucesso, de tal forma que neste ano e no próximo iriam ser copiados noutros países da Europa. Ainda neste domínio, reportou-se à luta contra a imigração ilegal e ao tráfico de seres humanos, cujo combate deveria continuar a ser tratado conjuntamente. Adiantou que 5 milhões de euros/dia representam os ganhos com este tipo de tráfico, em Espanha (12 000 seres humanos/ano). Assim, defendia a construção de uma esquadra policial conjunta, no Norte de Portugal, concretamente na fronteira com Ourense por ser a mais longa em km. No âmbito do combate aos incêndios, registava o reforço da cooperação transfronteiriça, assinalando a possibilidade de os meios de cada país atuarem no país vizinho, com uma margem de 15 km.

O **Senhor Deputado Luís Pita Ameixa (PS)** começou por mencionar que, sendo países com fronteiras comuns, então a segurança também teria que ser comum e ao longo da sua intervenção referiu-se à criminalidade transfronteiriça e à necessidade de os Estados acompanharem a sua evolução; ao narcotráfico marítimo e terrestre; ao



Gabinete de Relações Internacionais e Protocolo

terrorismo como um problema que, afetando o país vizinho, também afetava Portugal; às migrações de países terceiros e bilaterais, ao tráfico de seres humanos, designadamente no tocante à prostituição; ao asilo de cidadãos de outros países; às condições de trabalho e fiscalização; aos Acordos multilaterais (Schengen, Haia, EUROSUR e Iniciativa 5+5); aos Acordos bilaterais (centros de cooperação aduaneira, perseguição policial e sistemas de vigilância costeira); ao tráfico de droga; aos sistemas de multas; e, por fim, ao problema do registo civil e nomes patronímicos.

O **Senhor Deputado Antonio Trevín Lombán (GPS)** reiterou o agradecimento a Portugal pela colaboração dada na luta contra o terrorismo, que tornou possível a detenção de grupo terrorista ligado à ETA. Na sua intervenção focou os assuntos relacionados com a delinquência organizada; o tráfico de droga e o seu carácter sistémico; a necessidade de enfrentar os problemas nas zonas galegas, construindo mais esquadras policiais e, constituindo equipas comuns de investigação (Portugal, Espanha e França); a imigração irregular e o reforço no âmbito da investigação alargada; a necessidade de incrementar os esforços de colaboração policial entre as forças policiais e os organismos de coordenação; e reforçar os mecanismos de cooperação institucionais.

O ponto quatro da agenda centrou-se no tema das **ligações ferroviárias** e nele intervieram os Senhores Deputados Fernando Serrasqueiro (PS), Celso Delgado (GPP) e José Ignacio Sánchez Amor (GPS).

O **Senhor Deputado Fernando Serrasqueiro (PS)** usou da palavra para referir que os problemas constantes deste domínio eram de natureza própria e de nível europeu. Portugal e Espanha tinham optado pela bitola ibérica, o que não tinha sido aceite. Centrou a sua atenção no Plano Europeu de Transportes; no alargamento do Canal do Panamá e no Panamax; nas ligações Lisboa-Madrid; na necessidade de aumentar a competitividade das exportações dos dois países; na ligação Porto-Vigo e a necessidade de eletrificação da linha para atenuar as dificuldades; na ligação de passageiros, sobretudo no transbordo dos Pirinéus; nas portagens e a necessidade de tornar amigável o sistema para os dois países; e o bloqueio do *roaming* às pessoas idosas, como medida preventiva de comunicações inadvertidas em tarifário não nacional.

O **Senhor Deputado Celso Delgado (GPP)**, usando da palavra sublinhou o facto de o ritmo dos projetos comuns dos dois países ter abrandado, por força das dificuldades



Gabinete de Relações Internacionais e Protocolo

económicas que ambos atravessam. Pronunciou-se sobre o tema das ligações ferroviárias - para dizer que estando parada a rede de alta velocidade, a rede convencional deveria continuar a ser melhorada e mantidos em funcionamento os corredores de transporte de passageiros e mercadorias; deveriam ser melhorados os traçados e a eletrificação das vias de ligação; referiu-se às ligações Lisboa-Madrid, Aveiro-Salamanca e Porto-Vigo; mencionou a importância de se trabalhar nas questões do bilhete único e da mudança de maquinista. Relacionando o assunto das comunicações rodoviárias com as portagens, considerava que deveria ser estabelecido um sistema mais facilitador e ágil, devendo terminar as barreiras eletrónicas. Por fim, referiu-se ao *roaming* nas fronteiras e à entrada das ligações no serviço de chamadas internacionais.

O **Senhor Deputado José Ignacio Sánchez Amor (GPS)** deu início à sua intervenção, dizendo que os dois países tinham sido ambiciosos por ocasião da Cimeira Ibérica, na Figueira da Foz, em 2003. Em Espanha, tinha havido muito interesse em acompanhar o projeto do TGV Lisboa-Madrid. Neste sentido, completou a sua exposição, focando os assuntos relacionados com o abandono daquele projeto; com as portagens e com o *roaming*, na fronteira.

O ponto cinco da agenda – **União Europeia** – foi abordado pelos Senhores Deputados Cláudia Monteiro de Aguiar (PSD), Carlota Ripollés (GPP), Helena André (PS), José Cruz Pérez Lapazarán (GPP) e Celia Villalobos Talero.

A **Senhora Cláudia Monteiro de Aguiar (PSD)** interveio para dizer que a superação da crise ibérica passava por uma boa aplicação dos fundos estruturais e combate ao desemprego jovem. No contexto das regiões ultraperiféricas, a diminuição das verbas do fundo de coesão era desajustada (caso da Região Autónoma da Madeira que tinha sofrido uma contração de 3%); o desemprego jovem, afetando os dois países contribuía para bloquear uma geração, em relação ao mercado de trabalho. Assim, apelava ao esforço conjunto, com vista à criação de emprego e criação de clusters-centros tecnológicos.

A **Senhora Deputada Carlota Ripollés (GPP)** incidiu a sua atenção na defesa das questões de interesse partilhado como o relacionamento UE-Mercosul, o processo de alargamento da UE, o terrorismo islâmico, as relações comerciais UE-EUA e as vantagens do acordo de livre comércio. Em seu entender, não existiria crescimento económico se não houvesse crescimento do emprego. Salientava a importância da



Gabinete de Relações Internacionais e Protocolo

decisão da União Fiscal e Bancária, o sentido de coesão e na União Europeia a segmentação financeira (liquidez para as médias empresas), a supervisão bancária, o risco bancário e o risco soberano, o pacto de crescimento (estratégia Europa 2020) e a aplicação da diretiva da energia.

Em seguida, interveio a **Senhora Deputada Helena André (PS)** que começou por saudar a inclusão do tema da União Europeia, no debate do Forum. Continuando, a oradora referiu-se à gestão europeia da crise financeira internacional, à erosão da confiança dos cidadãos no projeto europeu e a obrigação de o reforçar. Atribuía aos dois países a obrigatoriedade de, conjuntamente, acabarem com a divisão reinante entre o norte e o sul, uma vez que poderiam conduzir ao surgimento do xenofobismo, do racismo e do nacionalismo. Também se pronunciou sobre a cooperação transfronteiriça como instrumento fundamental para o desenvolvimento das duas regiões. Considerava que era necessário ter mais Europa e não menos, sendo que o orçamento da UE devia aumentar para apoiar os países. A política de redução dos défices fiscais não tinha gerado nem crescimento, nem emprego e a garantia jovem não tinha sido concretizada. Portugal e Espanha não podiam aceitar, em silêncio, a hegemonia da Alemanha, em matéria da União Económica e Monetária. Em sua opinião, constituía obrigação em nome da concretização de projetos comuns, o reforço da união política e da união social e o reforço do Tratado de Lisboa, em matéria de parlamentos nacionais.

O **Senhor Deputado José Cruz Pérez Lapazarán (GPP)** começou por sugerir que a próxima edição do Forum integrasse os membros dos Grupos Parlamentares de Amizade. Em relação à UE, no tocante aos assuntos bilaterais, no âmbito do princípio de subsidiariedade, considerava que os dois países deveriam avaliar a vantagem das decisões tomadas em Bruxelas, para as cidades. Salientou, ainda, que nas Cimeiras bilaterais (Portugal-Espanha) não eram integradas as questões relativas às Comunidades autónomas.

Em resposta, a **Senhora Deputada Célia Villalobos Talero**, Primeira Vice-Presidente do Congresso referiu que em Espanha, no momento, não estavam constituídos Grupos Parlamentares de Amizade, devido a questões orçamentais. No entanto, o próprio Fórum representava uma forma do que se entendia por verdadeira amizade, e que o documento dele resultante seria tomado em consideração por ambos os Governos.



Gabinete de Relações Internacionais e Protocolo

Por fim, o **Senhor Deputado Ferro Rodrigues (PS)** salientou a importância dos temas debatidos durante a manhã de trabalho e acrescentou que alguns deles mereceriam uma cooperação reforçada entre os dois parlamentos, de entre os quais o da União Europeia. Traçou, em seguida, o histórico comum, em matéria de relacionamento comercial e destacou a gravidade dos problemas estruturais de ambos os países. A crise, em 2007-2008, e as lacunas da construção da UEM tinham atingido Portugal e Espanha e, até mesmo, o seu relacionamento comercial. Progressos que estavam em curso tinham sido postos em causa com a crise global e a crise das dívidas soberanas europeias. Nesse sentido, impunha-se desenvolver o debate sobre a UE com outros países que viviam situações semelhantes, uma vez que era necessário que, em conjunto, se associasse rigor e crescimento e não austeridade, desemprego e recessão. Continuando, disse que os dois países viviam uma crise social, económica e financeira complexa, na qual coexistia uma insatisfação crescente dos cidadãos relativamente aos parlamentos. Por isso, era necessário conseguir maior articulação e mais força. Assim, a realização do encontro representava um passo positivo, nesse sentido.

A terminar, o **Senhor Deputado Guilherme Silva (PSD)**, Vice-Presidente da Assembleia da República e Presidente da Delegação secundou a intervenção anterior e agradeceu o acolhimento prestado à Delegação portuguesa e a apresentação dos trabalhos, reiterando que o momento era considerado um ponto de partida para a realização de encontros intercalares.

A **Senhora Deputada Célia Villalobos Talero** interveio, então para confirmar a continuação deste trabalho, na mesma linha, e anunciou que iriam ser assinadas as conclusões.

CONCLUSÕES

O registo das intervenções, ocorridas ao longo do encontro, permite escrutinar as seguintes ideias-chave eleitas e desenvolvidas pelos diferentes oradores:

- A continuação da fortificação das relações bilaterais Portugal-Espanha, com vista a permitir a articulação de posições em domínios multilaterais como ponto forte face ao estado de crise que atravessa a Europa;
- A necessidade de aprofundamento, por ambos os países, articuladamente, do debate em torno da União Europeia, para efeito de uma cooperação mais reforçada, tendo em



Gabinete de Relações Internacionais e Protocolo

conta que os progressos que se encontravam a decorrer tinham sido questionados pela crise global e as dívidas soberana europeias;

- A concretização destes propósitos passaria a ser feita através da realização de encontros intercalares, do qual, este Fórum seria considerado um ponto de partida;

- Foi consensualizado que, nas edições seguintes passasse a ser incluída a avaliação das conclusões dos anteriores encontros, o que permitiria acompanhar os diversos *dossiers*, e assim, contribuir para que os Governos confirmassem a concretização das decisões.

Assembleia da República, 25 de junho de 2013